

ANEXO IV**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER – REALIZADA NOS DIAS 04 E 05 DE SETEMBRO DE 2012****Perguntas das Conselheiras e Respostas****sobre a Apresentação e discussão sobre o PNPM**

Ministra Eleonora, Secretária-Executiva Lourdes Bandeira,

Coordenação e Secretárias

Secretária Tatau Godinho:

_ Então, os capítulos que são prioritariamente da Secretaria de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres são os capítulos um, que é toda a parte do mundo do trabalho vinculado fundamentalmente ao trabalho urbano; o capítulo 6 que é o capítulo que trabalha as questões do desenvolvimento sustentável e a questão rural do capítulo 7, então são esses três capítulos que estão basicamente, 6 e 7, e 1, que estão basicamente sobre a responsabilidade da nossa secretaria. As pactuações, eu vou falar, porque como tem pessoas dos ministérios aqui que ajudam a identificar as pessoas, então, sendo feitas basicamente por mim, pela Valéria, que é gestora e trabalha conosco, a Gláucia que é a coordenadora da área do trabalho que estava aqui de manhã, e a Beatriz, porque tem uma parte do capítulo oito que envolve a parte de esportes, e a Beatriz é a coordenadora da área de esportes. Então, nós já fizemos a pactuação mais detalhada e digamos assim, chegada ao final praticamente, com o MDA, que pega todas as ações da área do trabalho, uma parte importante de desenvolvimento sustentável, do que tem a ver com o mundo rural. Nessa parte também é importante dizer que está sendo feito em conjunto com a Raimundinha, que é assessora para essa área rural aqui da SPM. Algumas questões que envolvem ainda essa área dos capítulos 6 e 7, envolve o Ministério do Meio Ambiente, porque tem uma parte do desenvolvimento que é do Ministério do Meio ambiente. Como o Ministério do Meio Ambiente a gente já fez uma discussão rápida para acertar as pactuações, mas ainda não acertamos item por item para definir, até porque, a

Samira, que o gabinete definiu como responsável, tirou uns dias de férias, então a gente está esperando a volta da Samira para terminar essa pactuação.

Conselheira Antônia Samir - MMA

_ Ela está no empenho. Ela ligou, avisou, nós tentamos marcar antes da viagem, então, não acho que ali vai ter grande problema._ Essa pactuação é um instrumento formal. Existe um instrumento formal?

Ministra Eleonora Menicucci de Oliveira (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República)

_ Não, é o seguinte. Vou responder como Ministra, que isso cabe a mim. Desde a primeira reunião desse conselho, eu comuniquei que eu estava fazendo transversalidade das ações, negociando e pactuando com vários ministérios. Elenquei as minhas visitas a eles, e destas visitas, que acontecem até hoje, surgiram as indicações das pessoas dos respectivos ministérios para serem responsáveis pelos assuntos que dissessem respeito a SPM, no seu respectivo ministério. Quando eu cheguei aqui, algumas ações vinham sendo desenvolvidas, e elas continuaram, não pararam. Novas pactuações acontecem no processo. Não é que o plano fica sentado e nós esperando ele ficar pronto para iniciarmos. Não existe um instrumento formal de assinatura. Existe sim um instrumento formal de participação do comitê de monitoramento. E uma pactuação negociada entre ministros e ministras das parcerias. A partir daí, as secretárias técnicas de ambos os ministérios dão sequência. Hora, aumenta, hora diminui um pouco, dependendo do ritmo de cada ministério e de cada ação. Então, eu quero que deixe bem claro, porque nessa apresentação do plano, pode ter surgido alguma dúvida em relação a isso. Não existe termo formal de pactuação bilateral entre os ministros. Existe uma vontade política do Governo Federal de desenvolver ações transversais interministeriais, sobretudo quando no caso da SPM, a SPM não é a executora das políticas. Ela é formuladora, ela é co-formuladora, e isso é um processo. Nós não podemos perder essa noção de processo, Porque senão parece enquanto não pactuar, fica tudo muito quietinho, parado. Não, não é isso. As pactuações que existiam quando nós chegamos aqui, elas continuam, avançam, crescem, param, mudam de rumo, dependendo da necessidade, dependendo do interesse. Por exemplo, com o ministério da Previdência social não tinha. Ela surge daquela

maneira. Então eu não quero que vocês tenham essa noção de estagnação. É um processo que está em movimento. E não existe um termo formal. Enquanto não assinar, não faz isso. Por exemplo, no Ministério da Saúde, que nós temos uma relação permanente, às vezes, necessário se faz para alguma ação, uma reunião ministerial minha com o Ministro. Normalmente não. Eu encontro com ele para outras coisas do Governo Federal, de uma forma mais ampla. Mas quando, como na 557 necessitou de conversas, mas teve grupo que trabalhou. Um grupo interministerial que trabalhou. Na PEC das domésticas, nós trabalhamos, mudou o ministro, nós estamos conversando. Mas existe um grupo interministerial que é liderado pela SPM que avança nisso, com a Casa Civil. Não é que enquanto não voltar a conversar com o Ministro Brizola Neto, nós não vamos dar sequência. Não é isso. Por favor, não tenham a impressão de que o plano é estático e as pactuações são estáticas. Elas não são.

Secretária Executiva Lourdes Bandeira:

_ Vou acrescentar aqui ao que a ministra coloca, duas questões que são importantes para o entendimento. Uma é o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, que é o SIOP, que é algo novo criado pelo Ministério do Planejamento e que vai responder por uma demanda, por duas pressões, digamos. Uma que é a demanda do momento social, que é saber em toda política pública feita não só para SPM, mas por todos os ministérios, quais são os recursos destinados às mulheres. E por outro lado, pela própria Casa Civil, Ministério do Planejamento que também quer dar visibilidade a esse orçamento que é destinado às mulheres. Então, por exemplo, a pactuação também envolve uma resposta ao movimento social na medida em que uma ação de implementação concreta que o Ministério da Saúde ou do Trabalho faça e que passa necessariamente pela condição de gênero e que nós temos também como uma ação parceira, ele estará no SIOP, no Sistema de Integração do Orçamento e Planejamento, estará designado tanto por cento do recurso foi destinado a cobrir a ação respectivamente desagregada pela condição de gênero. Nós temos um exemplo concreto. Os ministérios, nos seus planejamentos das suas ações, já deveriam estar visando isso. No caso do Ministério da Justiça, que depois a secretária Cida pode colocar melhor, nós já fomos procuradas para dizer quais são as ações que nós vamos pactuar juntas, ou seja, quais são, além das ações, os recursos que são destinados a combater a

101 violência contra a mulher, ou a instalação de mais delegacias, ou a atuação do
102 Ministério Público no que diz respeito às mulheres. Então isso é uma forma da
103 pactuação. Tem essa pressão do momento social, que é saber qual é o recurso
104 público nos diferentes ministérios destinados às mulheres. E a outra questão é
105 também uma abertura por parte do Ministério do Planejamento, mais
106 especificamente na pessoa da responsável pela 'SOF', que é o setor de orçamento
107 da união, que é a Célia Correia, que se comprometeu com o momento social e com
108 outros secretários de que essa informação passa a ser parte da incorporação nos
109 relatórios orçamentários.

111 **Conselheira**

112 _ Só dando continuidade a isso. O Ministério da Integração, por exemplo, nós
113 acabamos de fechar um convênio, têm algumas coisas que já foram pactuadas
114 com a ministra anteriormente, então, a negociação é só chegar lá e manter o que já
115 estava. A mesma coisa o Ministério das Minas e Energia, que já tem não apenas o
116 pró equidade, mas essas outras questões que a ministra apresentou de manhã do
117 luz para todos e da participação não nas Minas e Energia, mas na Integração a
118 questão da seca. As outras coisas já estão encaminhadas. Em alguns, no caso da
119 SEPPIR, a discussão sobre o pró-equidade foi feita especificamente com a
120 SEPPIR, e nós estamos tentando agendar uma reunião com as três secretárias
121 para fazer uma pactuação conjunta, de todos os itens, porque a SEPPIR envolve
122 os distintos itens em relação a SPM. No que diz respeito ao Ministério do Trabalho,
123 algumas questões, a gente acabou de discutir questões mais pontuais que estavam
124 na agenda do trabalho decente. O Ministério do Trabalho também nos levantou
125 essa dúvida, nós já esclarecemos qual era o método formal da pactuação. Aliás,
126 ministra, eu não me lembro se a senhora mencionou, que mandou uma carta para
127 todos os ministérios. Foi mandada uma carta para todos os ministérios, o
128 ministério estava cobrando que a gente dissesse de novo por escrito quem era.
129 Então, a gente teve que fazer esses esclarecimentos para poder andar. Na questão
130 do Ministério dos Esportes, já foram feitas várias reuniões de pactuação com os
131 ministérios dos esportes. Nós estamos para fechar números com os ministérios dos
132 esportes, e tem uma questão aí para a gente fechar entre SPM e ministério relativo
133 ao ano que vem, uma proposta do ano relativa ao esporte, que a gente tem que ver
134 se nós concordamos ou não. Em relação ao MEC, eu queria, a Rosário até está

chamando a atenção aqui, a nossa secretaria envolve apenas a questão relativa a creche e a questão do PRONATEC, que são as duas coisas vinculadas ao debate da autonomia econômica das mulheres. A creche por esse lado, e a Rosário está chamando a atenção, que no PPA que foi para o Congresso agora, no orçamento que foi, na lei do PPA que foi para o congresso, já passaram para sete mil a meta de creches, e não mais seis mil. Então, às vezes anda mais do que a gente já tinha conseguido pactuar. Então, isso é importante. Finalmente tem alguns ministérios que nós consideramos que a pactuação é mais um bater martelo na leitura final, porque são coisas já pactuadas. Por exemplo, trabalhadoras domésticas com a Casa Civil. Porque já foi chegado um acordo. Então o único encaminhamento que a gente vai fazer, é dizer: “Olha, agora vamos publicar”. Isso já está sendo encaminhado assim. Então, da minha área, acho que é basicamente isso. Não sei se tem alguma outra coisa que ficou na dependência.

Secretária Aparecida Gonçalves:

_ Do enfrentamento à violência, na verdade nós temos algumas coisas que já estão em andamento, que são ações, porque não sei se vocês viram, nós já casamos, que são os eixos do pacto, as linhas gerais de ação, e as ações que estão no pacto, algumas são novas e outras nem tanto. A maioria delas já tinha sido pactuada numa discussão e negociação do PPA no ano passado, mas já está em execução, que falta, como a Tatau colocou, a gente voltar bater o martelo e confirmar que isso entra como ação e meta, efetivamente no PPA. Então, nessa situação nós já temos como resposta. O que entra de novo? Nós estamos incluindo como ação nova dentro do plano ação com o Ministério da Previdência, e nós já estamos colocando compactuado, porque já houve a pactuação, a ação. Agora nós estamos fazendo o desdobramento do que foi a ação efetiva com o Ministério da Previdência. Nós recebemos um documento do Ministério da Justiça colocando quais são as suas ações na Secretaria de Reforma do Judiciário, onde trabalha a questão da Lei Maria da Penha, e coloca o fortalecimento do Plano Nacional de Políticas para as mulheres. Do DEPEN que é o Departamento Penitenciário que a estruturação da política é voltada a estruturação dos direitos da mulher encarcerada. Também eles colocam vinculada ao PNPM, e a SENASP com duas ações. Ações de prevenção na ação 20, o D que é prevenção a violência e a criminalidade, eles fazem um PO que é: ações de prevenção a violência contra

mulher, já semi-pactuada. E a outra questão é estruturação de unidades especializadas de atendimento a mulher para efetivamente a gente ampliar o número de delegacias e fortalecer os serviços especializados. Falta aqui a questão da Secretaria Nacional da Justiça com relação a questão do tráfico de mulheres, e falta colocar aqui as ações com relação a questão da ENAFRON que é o trabalho nas fronteiras, que entra os serviços especializados. E falta colocar aqui as ações que nós estamos fechando hoje lá em Alagoas com a Tereza, que é do Brasil Seguro, que são as questões que não estavam nem no pacto do ano passado e nem agora que a gente está fechando com relação ao ministério da justiça. É importante dizer que nós estamos ampliando algumas questões, porque a questão da implementação da Lei Maria da Penha não é só com o Ministério da Justiça. Nós precisamos ter o apoio político e o fortalecimento do Conselho Nacional de Justiça que é vinculado ao STF. Nós vamos ter que colocar essa ação no PNPM, mesmo sendo ele um órgão de outro poder. Ele não vai entrar como orçamentário. Ele vai entrar como uma ação do PNPM para a gente ampliar o número de juizados especializados, porque isso é uma ação que nós temos efetivamente. Isso também já é uma questão pactuada com o Conselho Nacional de Justiça e já está em andamento. Com relação a questões, acho que é importante dizer que a gente tomou uma decisão de trabalhar dentro da secretaria transversalmente, então, nós temos várias coisas que são da violência, na área da saúde, principalmente a questão da violência sexual, a questão do abortamento legal, na questão da violência sexual que está nos direitos sexuais e reprodutivos. Com relação a isso, nós já fizemos uma primeira reunião, foi no dia vinte e oito, que foi a Karina Morele, a Gláucia e a Beth Sá, da Secretaria da SPM, com a equipe da Secretaria da Saúde, a gente começou a constituir o grupo para fechar as questões das metas e já começar a pactuação. Nós temos com o Ministério das Relações Exteriores, e na questão da ampliação dos 180 internacional, com o ministério das Relações exteriores e a Polícia Federal já é ação em andamento. Nessa falta é efetivamente bater o martelo. E nós temos com a Secretaria de Comunicação, a SECOM também acompanha compromisso e atitude, que também já está em andamento efetivamente o plano de ação até dezembro do ano que vem, já em pleno funcionamento. O que nos falta discutir e fechar, nós temos como os direitos humanos, o Brasil protege, também já pactuado, é importante dizer, o Brasil protege também e já foi pactuado com a Secretaria de Direitos Humanos. Falta

203 fechar as ações que a Secretaria de Enfrentamento a Violência com a mulher e a
204 SAIAT, do que trata da questão das grandes obras e efetivamente, principalmente
205 dos grandes eventos, que falta repactuar. E por fim, a questão da igualdade racial
206 que a Tatau já colocou, a gente está tentando fazer uma reunião entre as três
207 secretárias, mas não tem sido fácil as agendas. É isso.

208
209 Fala a **Rosângela Rigo** que é a **diretora da SAIAT**. _ Boa tarde a todas que só vi
210 agora a tarde. Os capítulos que estão mais sobre a responsabilidade da SAIAT,
211 mas que como tanto na fala da Tatau como da Cida, todas as ações, todos os
212 nossos capítulos tem uma 'intersectorialidade' entre eles. Então a gente está com o
213 Capítulo 2 que é o capítulo da educação, uma educação não sexista. Capítulo 3, 8,
214 9 e 10. Ou seja, incluindo o 9 como uma ação muito do conjunto da Secretaria que
215 é o enfrentamento ao racismo, ao sexismo e a lesbofobia. Mas tem algumas ações
216 que estão coordenadas e a pactuação sendo puxada por nós da SAIAT. Então as
217 pactuações a gente está priorizando a questão da... Esqueci de falar o Capítulo 5
218 entre os nossos. Então a gente está fazendo as pactuações em reuniões com a
219 secretária, a diretora e as coordenadoras das áreas com as responsabilidades que
220 a gente está tendo na SAIAT, e com as diferentes, dependendo das áreas, e dos
221 temas a serem tratados com mais pessoas da equipe uma vez que a gente tem
222 coordenações de um número menor que o número de tema aos quais a gente está
223 articulando. Então, na questão do capítulo da educação com o MEC, com o
224 Ministério da Educação, a gente veio desenvolvendo e já pactuou várias questões
225 a partir do PPA de 2012 e de 2015, então o processo do PPA também envolveu
226 pactuações de metas. Em fim, então agora a gente vai fazer a reconversa,
227 reorganização disso, para fechar de fato essa pactuação. É uma área que assim
228 como o Ministério da Saúde, a SPM vem desenvolvendo há anos várias ações
229 conjuntas. Então tem uma tradição de pactuação nas suas ações no seu trabalho
230 conjunto, mas claro que merece acertos tanto no que diz respeito às metas
231 propostas a partir da Conferência de Políticas para as Mulheres, assim como as
232 questões que hoje os ministérios estão implementando nas suas políticas a partir
233 das suas conferências também. É importante destacar aqui que na questão da
234 educação, é obvio que não é só o MEC, porque ela envolve a construção de uma
235 educação igualitária, portanto a gente tem SBH, SEPPIR, CTI, o próprio CNPQ, a
236 FUNAI, o MDA, vários outros ministérios que interagem que também a gente está

fazendo esta construção. Eu queria destacar aqui nas ações aqui de formação de gestores e gestoras e de profissionais da educação, a partir dos programas da SPM que é o GDE e o GPPGR, a gente tem uma ação ampliada que é junto ENAP. Então as escolas de governo também poderem desenvolver o curso de gestão e políticas públicas de gênero e raça, e o curso de gestão e diversidade nas escolas. Portanto, são dois cursos de formação não presenciais, à distância e que fazem com que a gente tenha metas ousadas com alguns números que vocês viram, quarenta mil, em fim, porque isso envolve uma ação junto às universidades, junto a ENAP. Em fim, tem toda uma ação articulada nesse sentido. No Capítulo 3, na questão da saúde, direitos e direitos reprodutivos, obviamente o Ministério da Saúde é o principal parceiro, e como a Liliane já começou comigo aqui na hora do intervalo, tem ações e propostas que a gente coloca, que a gente vai, num conjunto das ações a gente já vem desenvolvendo, mas acertar a partir também das linhas, e esta é uma construção, uma agenda que a gente já está organizando. A gente não iniciou essa pactuação, portanto, a partir de agora a gente vai fazer a pactuação com o plano da forma como ele está colocado agora. No Capítulo 5 que é o fortalecimento e ampliação das mulheres nos espaços de poder e decisão, a gente tem aí uma série de articulações, seja para dentro do Governo com a Secretaria Geral, com o TSE que é outro espaço de diálogo e que a ministra tem feito, a exemplo do que faz na justiça, uma interlocução para que as ações aconteçam; também a gente tem o Fórum a distância de mulheres dos partidos políticos, que tem muitas das ações aqui que também, tem ações que não serão desenvolvidas pela SPM, mas que falam e dizem respeito dessa integração e dessa articulação. Em relação ao Capítulo 8, cultura, esporte e comunicação, aí tem várias áreas que a gente tem vários ministérios, que vai desde o Ministério da Cultura, Ministério da Comunicação, Turismo, SDH, que esse é o processo que eu diria do ponto de vista nosso, que nós estamos mais atrasadas na conversa, do ponto de vista nosso. No Capítulo 9, enfrentamento ao racismo, lesbofobia e sexismo, a SEPPIR, o Ministério da Saúde, SDH, Secretaria Geral, aonde também tem uma série de ações que já estão sendo conversadas, pactuadas. Algumas ações sendo trabalhadas em conjunto, então agora a gente está marcando as agendas para sentar e dizer, a pactuação é essa, os caminhos são esses, em fim. No Capítulo 10, é importante dizer que são junto ao SDH, a gente já reuniu com a coordenação LGVT para tratar das questões do enfrentamento a lesbofobia. Já

marcamos reuniões com pactuações com os temas que envolve também já o Capítulo 10, pessoa com deficiência e também com as mulheres idosas, que também tem essa parte. Lembrar também que também nas ações que envolve as indígenas, a parceria com a FUNAI já existe, a gente já realizou ações, e no processo do PPA, algumas ações já estavam em andamento, que reforçaram com as diretrizes e deliberações da conferência. Então é importante a gente vai reafirmar e refazer essa pactuação construindo aí o que será nesses quatro anos de PNPM. Então, de maneira geral, e tentando dar um pouco de cada capítulo no qual estamos atuando, são essas as informações que eu teria para trazer.

Conselheira Vera Machado(REF):

_ No Capítulo 1, nos específicos, no item 2, eu acho que restringe se a gente colocar 'Promover a organização produtiva e o acesso a renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social'. Eu acho que deveria ser: 'Em especial às mulheres, ou principalmente às mulheres em situação de vulnerabilidade social'. Para não restringir, porque tem outro ponto que eu acho que dá para a gente abranger todas as mulheres que estão na linha produtiva e que podem e tem necessidade de programas nesse sentido. É só minimamente.

Conselheira Glória Márcia Percinoto (ABMCJ):

_ Boa tarde a todas. Me ocorreu, é quase uma pergunta, não é uma crítica, nem uma manifestação. Se nós pensarmos assim em termos acompanhamento e monitoramento, a Secretaria de Política das Mulheres, ela faz isso em relação a todos os outros órgãos e organismos, e isso está muito bom. Lembrou a Sueli, é um mundo, e realmente demonstra muito trabalho em muito menos de um ano. Mas como estamos agora assim renovando, não o marco zero, porque as conferências já se realizaram, porque o feminismo já existia, porque havia uma luta histórica, porque o Conselho já existia, me ocorreu o seguinte: essa posição da Secretaria e também do conselho que está no organograma do lado da presidência, que também há de ser elogiado e ressaltado, como é que fica, e aí eu tenho a minha dúvida e eu passo para os colegas; como é que fica a avaliação dessa proposta? Ou seja, como é o acompanhamento. Porque naturalmente essas propostas administrativas, sejam no âmbito público ou privado, há um setor de acompanhamento. Seria quase um acompanhamento do acompanhamento do

monitoramento. De certa forma as secretarias ao exporem muito bem o que está sendo feito e muito, elas também disseram: “Temos isso, já fizemos isso, falta isso.” Agora eu me pergunto, se há espaço, isso é uma consideração, uma reflexão e eu termino por aqui e deixo as outras questões para depois. Se há espaço para um ambiente ou uma atuação de um acompanhamento desse tipo, porque o que o conselho faz é outra coisa, na sua câmara técnica e dentro do Conselho. Mas, de dentro da própria secretaria, como se dá o acompanhamento desse trabalho. Só isso. Obrigada.

Conselheira Lúcia Rincon (UBM)

_ Boa tarde a todas. Obrigada pela carinhosa recepção da Boemia que volta não é? Eu quero começar parabenizando a iniciativa de trazer para o pleno neste formato e neste estágio. Participei dos primeiros passos de elaboração do relatório, do primeiro relatório do resultado do primeiro plano, da aplicação e é um processo difícil. Quem vai ao comitê de monitoramento sabe disso. E naquela época também o retorno do Conselho foi muito difícil. Então, eu quero parabenizar por isso, porque eu acho que estamos instigadas, provocadas politicamente a dar respostas. Porque há um comprometimento real da gestão do ministério das Mulheres com o movimento social. E aí eu queria dois ou três esclarecimentos para poder levar a discussão ao BM até o dia primeiro de outubro. Algumas pequenas retificações. Eu apresentei. Vou apresentar por escrito, porque eu acho que para ir para o comitê, viu professora Lourdes, essas pequenas modificações de texto, acho que a gente pode modificar algumas coisinhas antes de mandar o texto para o comitê de monitoramento semana que vem. Com relação às metas, eu penso assim, nós vamos propor, nós vamos solicitar aos ministérios que aquelas que não estão sejam feitas? Nós vamos fazer? Nós vamos solicitar as entidades que proponham? Então eu acho que era importante saber isso para a gente saber a dinâmica da consulta e da nossa intervenção. A secretária executiva, Professora Lourdes Bandeira, dizia que há uma lógica na exposição do plano. Em relação ao segundo plano, então, nós incorporamos proposições da 3ª Conferência, e a demais, outras modificações que foram feitas, foi levando em consideração os acréscimos ou o andamento já dado nos ministérios, só uma pergunta para eu entender. Então, o que modificou em relação? Alguns títulos que estão modificados em relação ao segundo plano no seu original. Então, foi só uma pergunta com

relação a isso. Acho que tem até alguns que melhoraram bastante. Parece que no título tinha a meta incluída, ela foi deslocada. Então, queria entender isso, porque vou ser perguntada com certeza. E aqui Rosângela, eu queria ver contigo talvez em particular. Em particular aqui nesse público. Quando eu participei do CONAI, nós queríamos inicialmente fazer uma discussão na transversalidade de todo PNE. E nós ficamos lá no item. O que nós vamos fazer agora? O Fórum Nacional de Educação se reuniu semana passada. Tem uma proposta de documento básico. Então eu estou dirigindo a você, mas é a esse pleno. Quero ouvir, porque da outra vez a gente não teve condições de aprofundar essa discussão. Qual a força que nós vamos bater lá no estado, lá no município para a gente conseguir pegar todo o plano e fazer a transversalidade nele todo e sai do item, ou nós não vamos. Nós estamos achando que assim é melhor, porque a próxima a CONAI já está convocada. É isso, muito obrigada.

Conselheira Marilda Castelar (CFP)

_ gostaria de agradecer pelo trabalho, pelo estágio também, de poder ter acesso a esse estágio. Acho isso extremamente importante. Observei que no Capítulo 9 e 10 têm poucas ações elencadas, embora, elas apareçam também, esses temas apareçam de forma transversal. Acho importante. Entendi perfeitamente porque as ações não foram elencadas pelo número, pela abrangência, e pelo momento que nós estamos. A minha preocupação é a seguinte: os planos nacionais geralmente não são muito divulgados ou não chegam muito na base, nas associações, na educação. E quando as pessoas não sabem dos seus direitos, elas não conseguem acessar ou fazer valer seus direitos. Então, eu gostaria de fazer uma sugestão, de que estas ações, para o documento, principalmente para o documento online, que eles pudessem conter links onde a população pudesse ter acesso exatamente como acessar aquela ação. Como chegar naquela ação. Como fazer valer aquele direito e aquela meta que está sendo operacionalizada. Eu acho que isso a gente precisa avançar do ponto de vista da divulgação e também do próprio monitoramento que é da sociedade como um todo. Então na medida que a gente sabe dos direitos, eu vou saber lá na ponta que eu tenho aquele direito, que eu vou fazer cumprir isso e exigir isso dos governos locais, das prefeituras. Obrigada.

Conselheira Maria das Dores do Rosário Almeida(Durica) AMNB:

_ Eu me sinto em parte contemplada pelo que foi colocada pela Marilda, mas eu queria me dirigir a Rosângela com relação ainda ao eixo 9. Foi dito que haverá ou está havendo pactuação com alguns ministérios. E com relação ao eixo 9. De quem será a responsabilidade? Se é da SPM, se é da SEPPIR, de fazer esse monitoramento da transversalidade da questão racial. A quem cabe essa responsabilidade. Eu só queria citar um exemplo, só para que a gente tenha uma compreensão melhor, quando a gente fala da questão da autonomia das mulheres. Quando se fala das trabalhadoras rurais, olhando a perspectiva racial, você se remete as quilombolas. Aí no caso que é a Raimundinha que é responsável por essa parte, as mulheres quilombolas, quando se tratando da questão racial, elas também vão ser atendidas dentro desse programa? Como é que vai se dar e a quem se cobra? Qual é o ministério, qual é a secretaria responsável de fazer esse monitoramento?

Secretária-Executiva Lourdes Bandeira:

_ então eu vou começar respondendo a Glória que fez a primeira pergunta. Veja bem Glória, desde o segundo plano, existe um sistema que se chama SIGPLAN que é da responsabilidade de preenchimento semestral de todas as ações de monitoramento, do que foi gasto, do que foi realizado, preenchido por todos os ministérios que pactuaram no segundo plano e com a secretaria. Esse é o procedimento. Agora, a segunda questão; é preenchido? Aí vamos colocar uma interrogação. Então veja bem, qual é a nossa dificuldade? A nossa dificuldade é SIG, a SPM que agora mudou o nome. A nossa dificuldade é de duas naturezas. A primeira, que para preencher as ações que foram pactuadas em segundo plano, e que os representantes ministeriais participaram do comitê de monitoramento e etc., é fundamental que as ações sejam realizadas. Consequência ou antecedência, para as ações serem realizadas, é necessário que o ministério tenha o comitê de gênero ou o núcleo de gênero. Para que ele incentive que a política seja, por exemplo, a grosso modo, qual é o recurso destinado pelo Ministério do Trabalho para qualificação no PROSEC. O recurso é universal, digamos, três milhões, mas qual é o recurso que foi destinado às mulheres? Então essa é uma dificuldade, porque o Ministério do Trabalho sabe responder qual é o recurso a qualificação, mas não sabe responder, estou hipoteticamente, mas não sabe responder qual é o

recurso destinado às mulheres. Então, esse SIG SPM, que é um sistema que foi criado e que existe e que deve ser preenchido para daí derivar dos relatórios e para daí ter acesso também a sociedade civil para saber o que foi feito, ele existe, ele foi em parte preenchido, e só não foi mais preenchido, porque não depende de nós, mas depende do órgão parceiro que muitas vezes realiza a ação, disponibiliza o recurso, mas não necessariamente preenche. Mas, as vezes não realiza ação. De quatro milhões só realizou em um milhão. Então fica aquela defasagem que nós somos cobradas pela sociedade civil. A propósito, nós faremos brevemente, talvez daqui um mês, nós faremos a publicação dos anais da 3ª Conferência, da publicação do relatório do segundo plano e também é outra publicação em relação a questão da autonomia e da igualdade. Então, já haverá o resultado daquilo que foi avaliado no segundo plano. Então isso significa dizer que nós temos essa informação muito ainda precária. Porque aí finalizo dizendo que há necessidade, o comitê de monitoramento é exatamente para ter as gestoras e as servidoras dos outros ministérios que alguns já tenham o núcleo de gênero que incide muito sobre essa questão no seu respectivo ministério, que tem que mudar de percepção, e etc., e responder. Isso realmente é o nosso problema. Mas não é por falta. É por ausência, não é conjuntural do preenchimento. E que o conselho, obviamente sabe disso há pelo menos quatro anos. Porque no conselho, tem um núcleo, tem uma câmara de plano. Então o conselho deve estar a par disso, porque tem essa câmara do conselho.

Conselheira Estela Aquino (ABRASCO)

_ Duas questões levantadas para SAIAT, que daí eu peço também para a secretária, enfim, complementar se for o caso. Uma é a respeito do Plano Nacional de Educação. É importante lembrar que nesse processo de construção, quando ele estava em discussão no Congresso Nacional, na apresentação das emendas, a SPM apresentou emendas ao relator, inclusive, que incorporou algumas delas no plano. Outras não. Então, esse é um processo também de constante debate, conquista, e buscar essas questões de acordos, seja dentro do Governo, ou seja, nos espaços, quando essas questões também estão no legislativo. Então, a SPM tem essa atuação. Atuou, tanto que a linguagem de gênero foi mais respeitada em função do diálogo, em função da pressão da ausência e da busca necessária dessa intersectorialidade ou dessa construção transversal. Acho que tem várias

441 iniciativas junto ao próprio Ministério da Educação que favorecem isso, favorecem
442 a gente construir ações e políticas mais integradas, com uma transversalidade
443 maior, mas também existe uma série de demandas para algumas questões,
444 inclusive para a transversalidade acontecer, a formação de gestores e educadores,
445 porque ela também não vai se dar sem a gente construir esse processo ou sem a
446 gente ampliar isso. Então, um dos nossos eixos e perseguição é nesse sentido
447 também, da gente construir essas condições para que esta formação para que
448 essa construção aconteça e aí, fazendo obviamente, uma disputa interna, ao
449 governo que não é só o nosso, mas em todos os Governos, essas questões que a
450 gente quer ver incorporadas. Em relação ao eixo 9, a quem cabe a
451 responsabilidade do eixo 9; a Ministra quer responder? Então tá bom. Vera, você
452 quer complementar alguma coisa da resposta?

453
454 **Ministra Eleonora Menicucci de Oliveira**

455 _ Eu vou dialogar com a Durica e com a Lúcia. Durica, a responsabilidade da
456 implantação das ações e pelo controle do monitoramento é da SPM e da SEPPIR.
457 Não existe até aqui vai a SPM e até aqui... Enquanto vocês não entenderem isso,
458 não há condição de diálogo, porque a SPM cobra o monitoramento nas ações. Eixo
459 9, nós não divulgamos as ações ainda. Então, aqui temos inserir na seleção pública
460 de projetos, a inclusão da perspectivas étnica racial e de orientação sexual, como
461 um dos critérios de seleção e ou pontuação naquelas ações de atividades em que
462 for pertinente. Realizar campanha de promoção da igualdade de acesso,
463 permanência e ascensão das mulheres negras e lésbicas nas instituições públicas
464 e privadas. Responsabilidade, SPM, SEPPIR. Fortalecendo a estrutura das
465 ouvidorias dos órgãos governamentais, a capacidade para receber, atuar em
466 denúncias de assédio moral e sexual, bem como do racismo, sexismo, lesbofobia,
467 homofobia, SPM, SEPPIR e SDH. Realizar levantamento de denúncias e medidas
468 resultantes de seu processamento relacionadas a racismo, sexismo, lesbofobia.
469 Ouvidorias dos jogos do Governo Federal. Aí tem outras. Quando vocês
470 receberem, vocês verão o detalhamento dessas ações, mas eu te respondo que os
471 dois ministérios responsáveis pelo controle, monitoramento, frente aos ministérios
472 são a SPM e a SEPPIR. E m algumas a SDH. Em relação a transversalidade do
473 plano, existe a horizontalidade, que é aqui na Explanada. A verticalidade que diz:
474 com os organismos estaduais e municipais, nós também temos limite, porque,

primeiro, não é o mesmo Governo. Eu tenho tido exemplos muito fortes disso. Nós damos as diretrizes, tem as ações, mas São Paulo foi o último Estado a pactuar a questão da violência, não no pacto da saúde naquela época. Não tem uma secretaria da mulher nem municipal nem estadual. Então, esse controle sobre, ele tem um limite. Eu vou lá, discuto, mas para dizer para vocês, eu estive em São Paulo, marquei uma reunião com a uma coordenadoria de município para fazer uma discussão sobre um conhecido Centro de Referência e atendimento integral às mulheres nos casos de violência doméstica e sexual, a vice prefeita, proibiu das pessoas irem a reunião comigo, que sou Ministra de Estado. Não foi ninguém. E depois que eu soube, fiquei lá na presidência na Avenida Paulista sentada esperando. Nunca aconteceu isso. E aí, nós tomamos providência e fomos por outros caminhos. Então, isso, “Ah não, o Governo Federal quer vir aqui para bater na gente, a CPMI da violência veio e bateu no município...”. Bateu porque o município não tinha o que mostrar. Então a horizontalidade para nós que estamos aqui, tem uma lógica. Agora, verticalidade tem outra lógica. Então, nessa época agora de eleições municipais, dependendo do Estado, desiste. Entendeu! Pode ser diretriz nacional, plano nacional. Então é muito difícil, eu quero passar isso para vocês. Mas que nós façamos reuniões com os fóruns de organismos de políticas com as delegacias, e as reuniões são fantásticas. São excelentes, extraordinárias. Tem limitações. Por exemplo, como a Campanha Compromisso e Atitude é do Governo Federal, os Estados que estão disputando as eleições, não querem que a gente lance a campanha lá nesse período, e nem nós também vamos. Para que comprar briga? Nesse sentido, é outra discussão que tem que ser feita na perspectiva de como vai se implantar o PNPM no seu Estado. Então, era isso que eu quero deixar bem claro para vocês.

Conselheira Estela Aquino (ABRASCO)

_ A primeira coisa que eu quero falar é na realidade retomando o tema da avaliação para fazer uma proposta. E é para aquele último item, que é como vai acompanhar as políticas, etc. Uma coisa são os mecanismos administrativos e de controle social de monitoramento das políticas, que isso é o que foi falado aqui antes. Acontece que eu acho que a gente precisa ir além e prever mecanismos de avaliação tanto de implantação das políticas, implementação das políticas e impacto. E isso quem faz são os especialistas. Então a minha sugestão é que se

adotasse mecanismos que eu acho que vem funcionando na área da saúde, de aporte de recursos via DECIT, por exemplo, onde se discute, agora o DECIT está discutindo a agenda de prioridade de pesquisa. Então a SPM pode entrar em contato pela via da saúde para reforçar a ideia que esses temas são relevantes para investigação e para a criação de editais que estimulem o desenvolvimento de estudos para avaliação das políticas sociais. Assim como na saúde, eu estou falando da saúde porque é o que eu conheço. Imagino que existam outros mecanismos nas outras áreas, mas eu acho que isso é um caminho legal e que pode dar conta. Aí não precisa ser sobre tudo que está no plano. Eleger prioridades e prever recursos numa parceria da SPM com o CNPQ, por exemplo, na saúde, com o DECIT, isso faz com que se tenha gente que está produzindo com competência, apresente projetos para avaliar as políticas que a gente quer avaliar. Então essa é a minha primeira sugestão. Eu tenho, inclusive já marquei com a Mazé, a gente vai discutir e mandar até o dia primeiro, as sugestões do varejo. Mas agora, só falar de dois pontos que eu acho que são importantes, um deles é em relação a questão do câncer. Eu vou falar só de saúde para não estender demais. Em relação ao câncer, aqui está como câncer em geral. Só para vocês terem uma ideia, hoje os dois principais cânceres para as mulheres, de importância para as mulheres, é mama e câncer de pulmão, que está caindo para os homens, crescendo para as mulheres. Como resultado do passado de tabagismo, que a queda de tabagismo foi imensa para os homens e para as mulheres está mais difícil, toda aquela sedução do eu faço, eu sou poderosa, e tal. A indústria soube bem se aproveitar disso. Então, eu estou supondo que o que está falado no plano, é do câncer de mama e de cólon, aí seria bom certificar, ou então a gente teria que pensar o que fazer em relação a pulmão. A outra coisa que eu acho que é importante dizer aqui nesse fórum, que eu acho que as mulheres precisam estar embasadas para poder lidar com seriedade com essa coisa do câncer, que é, prevenção de câncer não é a mesma coisa que vacina. É uma coisa de tecnologia complexa, então não basta dar um clic e assegurar mamografia para suas amigas. A mamografia é um primeiro ponto e ela sem tratamento precoce não adianta nada. Só o sofrimento das mulheres saberem por mais tempo que estão com câncer. Então hoje a discussão que está posta no campo da saúde pública é o seguinte: detecção sim, mas com critérios e a segurança que teremos tratamento acoplado a detecção. Então, a gente manda depois uma proposta, mas eu estou falando isso,

543 porque isso é muito frequente aparecer: “Ah, vamos aumentar o diagnóstico”.
544 Primeiro que não é diagnóstico. Diagnóstico a gente tem que assegurar para quem
545 tiver sintoma, ter diagnóstico. O que a gente está falando aqui é de controle de
546 câncer. Controle de câncer tem que ser detecção em mulheres sadias, que não
547 tem nada, não estão sentindo nada e de repente tem uma possibilidade de uma
548 intervenção benéfica. Outra coisa que eu queria falar que eu senti como uma
549 lacuna, é o seguinte: em relação à violência institucional, não é só cesariana. E aí
550 eu falo isso, porque isso também está entre as metas do Ministério da Saúde. Não
551 é só cesariana que a gente está falando. Cesariana tem até meta definida. Mas são
552 os procedimentos que já estão carecas de saber. Todo mundo sabe que são
553 procedimentos que são danosos, que ferem a integridade física das mulheres com
554 episiotomias, enemas, coisas do tipo. Na Rede Cegonha se quer mudar isso. Então
555 eu acho que é muito importante que a gente inclua cesárea e procedimentos. E aí a
556 gente pode ver o jeito de botar. E a questão do aborto, que está o aborto legal na
557 parte de violência, mas eu acho que seria importante falar da atenção humanizada
558 ao aborto inseguro. Porque isso é uma questão que é importante.

559
560 **Secretária-Executiva Lourdes Bandeira:**

561 _ Grande parte das questões que você está colocando está nas ações. Vocês não
562 viram as ações ainda. É claro que muitas coisas que você informa, elas podem ser
563 perfeitamente complementadas, por exemplo, essa questão do câncer do pulmão,
564 que não está, além da cesariana, os procedimentos. Isso tudo deve ser indicado,
565 mas muitas dessas outras já estão nas ações. Como a gente não mostrou as ações
566 aqui, aí pode parecer que não existem, mas muitas dessas já estão colocadas. Aí
567 vai da complementação de vocês.

568
569 **Conselheira Estela Aquino (ABRASCO)**

570 _ E o planejamento reprodutivo também. E para terminar, eu acho que houve uma
571 ênfase em relação a incidência entre as mulheres jovens e idosas, mas eu acho
572 que do jeito que está, parece que as do meio não precisam. Então é só uma
573 questão de forma. Depois eu mando. Agora, eu queria dizer parabéns, porque eu
574 estava na conferência, eu sei a dificuldade que é você conseguir dar forma, e
575 realmente vocês estão e parabéns.

577 **Conselheira Betânia Ávila**

578 _ Bom, como eu não falei de manhã, eu queria antes de falar sobre o plano, dizer
579 somente que realmente foram excelentes os trabalhos da manhã, de poder ouvir
580 com detalhes todo o processo do trabalho da secretaria. Eu queria também
581 parabenizar pela consistência, pela transparência, realmente nos faz sentir num
582 lugar profundamente democrático, e com certeza saímos daqui com muito mais
583 capacidade de trabalhar e de apoiar os trabalhos da secretaria. Eu também queria
584 expressar a minha alegria, o meu contentamento e a importância da presença da
585 Sueli Carneiro aqui nesse conselho. Então, eu fazia questão de dizer isso. Em
586 relação ao plano, primeiro dizer que a importância dessa apresentação, desse
587 plano está sendo apresentado em primeira mão aqui no conselho, eu acho que isso
588 mostra o apreço por esse lugar democrático, por essa representação, sociedade
589 civil e governo. Então, o fato dele ser apresentado aqui em primeira mão, eu acho
590 que merece também uma menção. Acho isso super importante. E evidentemente
591 que não temos condições de aportar coisas mais consistentes, dado a quantidade
592 de coisas que tem e a importância. Mas eu queria só, dentro do possível, levantar
593 algumas coisas mais importantes. Primeiro, eu vejo aqui no esquema que vai ter
594 uma apresentação da ministra e uma introdução. Certamente na introdução com os
595 princípios ligados a igualdade, a caráter do Estado, que eu queria só fortalecer a
596 questão neste contexto brasileiro da importância de afirmação da elasticidade do
597 estado, porque as outras questões já estão aqui, implícitas, então
598 evidentemente os princípios da igualdade já estão aqui e vão ser reforçados nessa
599 introdução, mas já estão evidentes aqui dentro. Então eu queria reforçar essa
600 coisa. Em relação a esse último ponto da gestão de monitoramento, eu também
601 estou pensando que ele vai ser mais desenvolvido.

602
603 **Secretária-Executiva Lourdes Bandeira:**

604 _ Desculpe Betânia, mas só para informar. Duas questões que não foram
605 explicitadas aqui, a primeira é que cada capítulo terá uma introdução de conteúdo,
606 que isso a gente fará depois de todas as sugestões, observações, etc., que as
607 secretarias já estão sabendo que tem que realizar isso, inclusive as secretarias que
608 vocês viram na apresentação, tem até três secretarias que participam do mesmo
609 capítulo, então há esse trabalho, vamos usar a palavra, que circula. E a segunda
610 questão que só mencionamos o comitê de monitoramento. Agora já tem elaborada

uma primeira proposta de como ele vai funcionar, de como os seus elementos constitutivos. Já está feito, mas o que agora interessa primeiro é a discussão dos capítulos.

Senhora Betânia (Conselheira Notório)

— Essa questão da ministra coloca da ação entre verticalidade e horizontalidade, realmente esse é um grande problema, se a gente pegar, por exemplo, o problema das creches, que o Governo Federal entra com a construção, e as prefeituras não estão indo buscar, porque não querem um comprometimento tão... Eu acho que alguma coisa deveria ser mencionado no processo de gestão e monitoramento, dessa relação. Eu acho que a sociedade brasileira pela tradição autoritária desse país, ela ainda olha muito para o Governo Federal e despolitiza muito as dimensões do município e do Governo. Isso fica óbvio, inclusive durante os processos eleitorais. Tudo que foi bom aconteceu na prefeitura ou no Governo. Tudo que não aconteceu, é o Governo Federal. Então, há na sociedade brasileira ainda uma visão de poder, como sendo do Executivo e do Executivo Nacional. Então eu acho que seria importante falar dessas três esferas até como uma maneira onde as pessoas lêem o plano, entenderem também a importância dos monitoramentos e das pressões no nível do município e no nível do Estado, um pouco quebrando essa visão centralizadora e ‘desresponsabilizadora’ das responsabilidades nos estados e nos municípios. Eu queria fazer só mais três breves comentários; o primeiro foi uma coisa que eu me ative mais, que é a questão relativa ao trabalho, eu acho que realmente tem as dimensões estruturantes de uma mudança, que eu acho que é fundamental, à medida que a questão da divisão sexual do trabalho é absolutamente estrutural na desigualdade das mulheres. Então, associa as questões da previdência com o trabalho produtivo e reprodutivo, capacitação, formalidade. A questão do trabalho doméstico. Então, eu acho que realmente dá muita consistência em termos de política. Queria dizer isso. E só voltando numa coisa pela manhã, agora não lembro se é campanha, mas quando fala da questão que vai incentivar a formalidade. Eu acho que sempre que incentivar a formalidade é preciso repetir incessantemente qual é o contingente de trabalhadoras domésticas nesse país. São sete milhões. Porque os meios de comunicação apresentam hoje como raridade, está certo, e com um status de outra natureza. Sete milhões de trabalhadoras dá um país médio, não é nem um país

pequeno. Daria dois Uruguais. Outra coisa rapidamente, não vou entrar em detalhes, mas eu acho que na questão da redação, mas eu acho que não é propriamente a questão da redação. Vamos ter que rever aí as questões quando menciona raça, etnia, classe. A primeira coisa que eu queria dizer é que eu acho que raça/etnia deveria ser separado. Elas deviam ser de dimensões autônomas, porque vários setores, às vezes reivindicam a questão da raça como as mulheres negras, e alguns setores que reivindicam articuladamente raça e etnia, outros, só etnia. Então eu acho que deveria dar uma autonomia a questão da raça e da etnia. E também em alguns momentos, eu acho que não encaixa exatamente o conceito de classe social. Por exemplo, no objetivo geral da saúde, a classe social evidentemente que é um fator determinante da saúde das pessoas, no entanto, nós não vamos dizer aqui que resguardadas identidades de classe social. Então tem lugares que cabe e tem lugares que não cabem, porque isso seria reafirmar a desigualdade. É justo o contrário. Porque existem movimentos que lutam também para mudar e preservar a identidade. Mas nessa questão aí, é uma questão de superação. Então eu acho que tem que ver isso no geral, e para terminar, eu acho que isso é uma coisa que tem que ser vista no geral e por fim, eu queria só entender aqui no capítulo 9, quando diz metas, a letra A, B e C, não estou nem questionando, eu queria só compreender melhor quando diz: “formar lideranças, formar lideranças de mulheres indígenas”. O significado exatamente do que é essa formação, esse formato.

Conselheira Antônia Samir(MMA):

_ Na verdade eu queria me reportar ao SIGSPM que eu acho que é uma ferramenta poderosa que a gente precisa trabalhar com ela com mais propriedade. Eu tive uma dificuldade enorme, tentei abastecer, alimentar lá, referente ao Ministério do Meio Ambiente, e eu tive muita dificuldade ministra, e Lourdes, sabem em que ponto? Eu não conseguia desmembrar os valores específicos da questão de gênero das ações. Isso aí, eu procurava o gestor que mexia. Não tinha. Agora eu acho que a gente está caminhando para esse desenho, ele vai ser bem possível a gente abastecer, alimentar o SIGSPM, que eu acho que é uma ferramenta muito interessante de monitoramento pelo menos da gestão, e essa questão que a Betânia falou do monitoramento e o comprometimento nas instâncias estaduais e municipais, que é lá que a coisa acontece. Porque às vezes, tínhamos que

conseguir um instrumento que conseguíssemos acompanhar como o plano está sendo implementado no município. Então, acho que é só isso.

Conselheira Marga (SDH)

_ Bom dia gente, sou Marga do SDH, e estou vindo para esse conselho agora em substituição a Deise Benedict. Só que a temática não é nova para mim, já acompanho isso há muitos anos de conferências municipais, estaduais e nacionais. E é uma luta que eu particularmente tenho na minha vida toda. Eu queria só colocar algumas questões. A Betânia falou da questão da elasticidade do Estado, eu acho que esse é um tema extremamente importante para a gente, porque a gente vê nos movimentos políticos nacionais, a gente vive um momento de uma relativização bastante grande da elasticidade do estado. Isso significa para as mulheres uma ameaça também, pelas conquistas que a gente já teve. E dentro desta questão a gente tem na SDH uma assessoria para a questão da diversidade religiosa, que tenho essa responsabilidade, e a gente vê algumas questões que a gente precisa pontuar, quando a gente trabalha, por exemplo, como está aqui no plano, a questão da diversidade da escola. A escola hoje tem sido um palco de muita intolerância religiosa e violência religiosa. Não só pelo ensino religioso e confessional e discriminatório, confessional, diga-se cristão, mas um palco de muita violência, discriminação, especialmente com crianças e adolescentes que são de famílias de religião de matriz africana, e é uma preocupação que eu tenho então, que se inclua nessa questão da formação da diversidade na escola, a questão da diversidade religiosa, para a gente poder exercer também um respeito a essa diversidade, e também o respeito a quem não tem crença, que ateus agnósticos também são muito discriminados. Outra questão é quando se trabalha a política da GBT, a questão da Lesbofobia, a gente sabe também que a maior parte da homofobia vê de fundamentação religiosa. Então a gente tem que enfrentar essa situação também. Quando a gente trabalha a questão do aborto, a mesma coisa. Onde a gente tem mais resistência? São argumentos religiosos. E a questão do racismo também está vinculado a isso, porque não dá para descolar o racismo da questão religiosa de comunidades de terreiro. Está muito colado. Então quando a gente trabalha o racismo, também essa questão da religiosidade precisa ser considerada, porque existe uma cultura de preconceito. Há quinhentos anos que a gente tem passado isso no país, toda uma história de escravidão, discriminação e

preconceito, e isso está muito vinculado a questão do racismo religioso, porque inclusive pessoas que são brancas e aderem cultos de matrizes africanas, são discriminadas porque aderiram a uma religião considerada inferior. Então é bem complexa essa questão da religiosidade, mas eu gostaria de deixar isso registrado como um aspecto muito importante da gente considerar. E a outra questão quando a gente trabalha a questão da violência contra mulheres, é a questão que muita violência vem também com fundamentação religiosa. Eu trabalhei isso até numa pesquisa, no CNPQ, e é muito forte o argumento religioso para a violência.

Senhora Clara Charf (Conselheira Emérita)

_ Eu acho que essa questão da avaliação é super importante o que a Estela coloca. Porque normalmente as avaliações são feitas pela execução orçamentária muitas vezes e que às vezes não corresponde a realidade do que foi feito nas políticas públicas. Eu fui gestora há treze anos e essa coisa da avaliação é complicada. Avaliar impacto, realmente eu acho que tem que ser de gente que conhece. É a coisa mais difícil de avaliar impacto. Então, eu concordo que temos que ter alguns mecanismos mais refinados, se pode usar essa palavra, para a gente poder fazer uma avaliação sem passar só pela questão administrativa orçamentária. A outra coisa é sobre o papel dos municípios, eu acho que dentro da introdução do plano, teria que ter essa questão. Eu acho que nós discutimos pouquíssimo, eu coloco isso em todas as coisas que eu escrevo, na minha fala. O papel da descentralização, por exemplo, da saúde nesse país. Se não tiver uma descentralização correta com todos os princípios do SUS, dificilmente as políticas públicas vão chegar aos municípios. Então, ainda tem essa perspectiva do Ministério da Saúde ou do Ministério da Educação. Então, eu acho que esse papel, porque a descentralização de 'Persir', realmente ela não melhora as políticas públicas. Então eu acho que o município tem um papel fundamental, eu acho que isso deveria ser explicitado no documento. E a outra coisa é que realmente o câncer de mama e de pulmão nas mulheres virou, está virando uma epidemia. Está certo? Eu trabalho com isso há muitos anos e gostaria de recomendar um livro que saiu agora, que ganhou o prêmio Políticas 2011, de um americano estudioso, que chama, "O câncer é o imperador de todos os males"; é um livro fantástico que faz toda história filosófica e sociológica, desde das múmias quando se descobriu o câncer, e aí também tem um pedaço que a gente observa que o corpo das

mulheres, como sempre, na medicina, desde que se criou a medicina, é objeto de experimentos, de mastectomias desnecessárias, e tal. Eu queria recomendar esse livro que eu estou bastante apaixonada por ele, e dizer que a mamografia não é inócua gente. A gente tem que saber isso. As mulheres tem que saber. A mamografia, mesmo a mamografia digital que é a mais moderna, ela tem raios, ela tem problema, ela aumenta a possibilidade de desenvolver câncer de mama. Então não é que pode fazer mamografia a cada seis meses, ou quem não tem nada, uma vez por ano. Então, eu acho que essas coisas a gente vai ter que começar um pouco a trabalhar para informar para as mulheres. Porque nós somos desinformadas, por exemplo, o Mama, que é aquele instituto do Rio Grande do Sul que está dominando um pouco a questão, tem até uma disputa com o INCA, elas pedem mamografia a partir de quarenta anos, mesmo para as mulheres que não tem nada e tal. Então, me preocupa bastante, porque eu estou vendo, tenho várias amigas nessa situação. Muito obrigada. Desculpe, vou ter que ir embora, mas eu gostei muito da reunião. Parabéns para todo mundo.

Conselheira Sonia Zerino (CNTI):

_ Se não der para eu falar hoje, não tem problema senhora ministra, eu falo amanhã para a gente ser mais breve no término da nossa atividade de hoje. Se a senhora preferir. E as demais. Porque de repente pode ser que haja uma necessidade de terminar dentro do horário previsto, aí não tem problema. Então eu quero cumprimentar a senhora ministra e as demais senhoras que compõem o Ministério da Mulher. Eu trabalho na CNTI há dez anos na Secretaria Nacional para Assuntos do trabalho da Mulher; como também coordeno a Secretaria Nacional da Mulher da Nova Central Sindical. Eu quero dirigir uma pergunta mais direcionada a Aparecida, em vista que a minha pergunta é com relação ao enfrentamento a violência doméstica. Nós na CNTI fizemos um estudo e levantamos os números no Brasil inteiro nos sindicatos que são filiados à CNTI, são quase mil e duzentos sindicatos filiados a CNTI. Nós fizemos um estudo com relação ao ‘abceteísmo’ nas empresas, e nós detectamos que parte do ‘abceteísmo’ das mulheres trabalhadoras é em virtude da violência doméstica. Ela sofre a violência doméstica, e na segunda feira elas ficam com vergonha de trabalhar por conta dos hematomas. E a gente tem feito muito trabalho divulgando a Lei Maria da Penha, falando da aplicabilidade da lei, da importância dela ser agente multiplicador das

781 que vão no seminário, e SPM agora recentemente encaminhou o seminário com as
782 DEAMS de todo o Brasil. Como foi anunciado aqui de manhã, e aí, há um pleito
783 muito grande de todas aquelas mulheres trabalhadoras da sociedade civil,
784 principalmente da indústria que eu trabalho mais diretamente. Das delegacias
785 ampliarem os atendimentos para os finais de semana. Porque nos finais de
786 semana é onde há o maior índice de violência, e as delegacias estão fechadas. E
787 aí, dentro dessas resoluções que foram tiradas do encontro das delegadas que foi
788 encaminhado o processo pela SPM, eu queria ver se nesse encaminhamento,
789 nessas resoluções tem alguma coisa dentro desse pleito, dentro dessa
790 transversalidade que a SPM está trabalhando, se há essa disposição desse
791 trabalho do ampliado, do atendimento das delegacias. E onde não tem as
792 delegacias dos municípios, onde não tem as delegacias especializadas, que dentro
793 das resoluções foi pleiteado algum núcleo específico para o atendimento às
794 mulheres em vulnerabilidade, porque muitas delas que moram nesses municípios
795 onde não tem essas delegacias especializadas, reclamam que o atendimento é
796 feito por homens. Então, você já vai num estado depressivo, você já vai com o
797 sistema nervoso muito aflorado, muito deprimida, muito discriminada e você ainda
798 é atendida numa delegacia normal por homens que muitas vezes não dão
799 importância aos depoimentos das agressões que elas sofrem dentro do lar pelos
800 seus companheiros. Então é nesse entendimento que eu queria que Aparecida ou
801 a própria ministra, que respondesse alguma coisa, porque, eu tenho andado esse
802 Brasil inteiro fazendo encontro de mulheres trabalhadoras, e nós temos vários
803 folders, publicações em relação a prevenção ao combate a violência contra a
804 mulher. E, dentro desse entendimento eu queria ver, inclusive perguntei a
805 Aparecida no intervalo, se havia um número expressivo dessa cartilha, ou que a
806 gente pudesse fazer um ofício a SPM, ou a própria Previdência Social, se agente
807 poderia multiplicar, fazer na CNTI ou na nova central, se a gente poderia reproduzir
808 para distribuir. Porque o importante das políticas é que elas cheguem na ponta e
809 que elas sejam fiscalizadas para ver se realmente acontecem. Porque não adianta
810 a gente fazer um monte de políticas públicas que elas não se efetivem na ponta. E
811 quem trabalha na ponta como eu trabalho com mulheres trabalhadoras de chão de
812 fábrica, no piso de fábrica, a gente vê como é o grito delas por socorro nas pontas,
813 porque muitas vezes não tem esse atendimento preciso, e muitas vezes está aqui
814 no papel, mas não se efetiva na prática.

815

816 **Conselheira Liliane Barbosa(UNE)**

817 _ Bem rapidinho então. Primeiro é só para ratificar tudo que a Estela disse, porque
818 eu acho que vem muito ao encontro do que a gente vem trabalhando no Ministério,
819 nessa perspectiva. E dizer, que só para esclarecer, na verdade o programa do
820 INCA, que foi lançado no ano passado, ele não trabalha na perspectiva de
821 aumentar o número de diagnóstico, pelo contrário, é de qualificar os diagnósticos,
822 porque o que a gente tem visto é que a maioria dos diagnósticos não identifica uma
823 lesão percutânea e etc. Só para dizer isso. A segunda questão que eu queria falar,
824 que a Betânia já introduziu ela e não vou perder tempo com isso, mas eu também
825 acho que é fundamental fazer essa discussão conceitual. Mais do que conceitual,
826 acho que é da visibilidade das mulheres indígenas nesse eixo específico que é o
827 eixo 9, porque também poderia colocar ali etnocentrismo ou qualquer outro
828 conceito que desse conta disso, mas que está se misturando justamente ali algo
829 que não pode, raça e etnia são conceitos diferentes e o barra etnia, além de não
830 dar conta do recado, ele também torna invisível as mulheres indígenas que já são
831 invisíveis no nosso país completamente. Acho que era isso, só para reforçar essa
832 questão. Eu só queria dar uma notícia porque amanhã a gente não vai estar aqui,
833 ministra, mas é que finalmente tem a ver com os direitos sexuais e os direitos
834 reprodutivos, é que a fábrica de Chapuri conseguiu quebrar a patente dos
835 preservativos femininos e a partir de agora vai começar a produzir no Brasil o
836 preservativo feminino. (Aplausos)

837

838 **Conselheira Sueli Carneiro (Notório Conhecimento)**

839 _Preciso ajuda da MaZé de um comentário que eu quero fazer, mas eu acho que a
840 Estela me socorre nisso aqui, que o tema é a coisa da saúde e eu costumo dizer
841 que não me sinto com legitimidade para falar nada sobre saúde, porque eu sou uM
842 risco para mim mesma. Em sendo fumante eu já estou dentro daquela estatística
843 horrível que ela colocou lá. Mas tem um tema que as especialistas nossas, as
844 mulheres negras nossas especialistas na área da saúde, recorrentemente elas
845 colocam que a questão das miomatoses que teriam uma incidência superior, uma
846 prevalência muito grande entre as mulheres negras. E que no plano do
847 atendimento, não há política de prevenção em relação a essa tendência que as
848 mulheres negras apresentam em relação às mulheres brancas nesse caso, e os

tratamentos, via de regra, dizem, por exemplo, a Fátima Oliveira, o comportamento dos médicos é diferenciado no tocante a mulheres brancas e negras, sendo as esterectomias quase sempre a primeira das alternativas que são oferecidas. Então, me parece que já que a gente evidenciou aqui o câncer de cólon de útero, o câncer mamário e esta coisa horrorosa que é o câncer pulmonar que vai entrar aqui, que é uma sombra que paira aqui sobre a minha cabeça. Então eu acredito que esse é um tema que me parece importante que seja ressaltado essa coisa, porque a gente nunca teve até hoje no âmbito da política de saúde para a mulher uma ênfase para esse tema dos miomas, que são prevalentes. Continuam prevalentes? Mudou alguma coisa? Então, outra coisinha que eu quero comentar, é uma coisa que eu fiquei aqui em dúvida, sem saber muito bem. O eixo 9, responsabilidade da SPM e da SEPPIR. Eu acho que essa definição é corretíssima. Se ela não existisse eu iria aqui reivindicar. Mas uma coisa que preocupa é a seguinte, nenhuma das duas secretarias, acho que a Secretaria da Justiça entra e eventualmente para trabalhar com esse tema, mas nenhuma das três são executoras prioritariamente nem finalísticas. E aí, como nós ficamos diante disso? Com todo esse rol, quem é que executa? Porque se vai ser um trabalho de tentar transversalizar, de monitorar, vamos monitorar quem? Que vai executar a política na prática? E tem o dinheiro inclusive para fazer essa intervenção. E por fim, eu quero trazer um problema, porque tem um eixo aqui que é maravilhoso. O Capítulo 8, cultura, esporte, comunicação e mídia. Eu trago um assunto que para mim desafia esse capítulo. Que é um caso que a gente está enfrentando nesse momento que é um quadro dentro do programa Zorra Total que é uma caricatura de uma mulher negra. É uma aberração! É uma peça de racismo medonha, extraordinária! É uma coisa de um deboche, e de uma agressão, uma violência simbólica extraordinária. E eu tenho um capítulo que dá conta de tudo isso aqui, esse Capítulo 8 tem a intenção e a vontade política de enfrentar exatamente esse tipo de situação que esse quadro do Zorra Total é exemplar. Então eu coloco para a ministra e para o conjunto do conselho como é que nos posicionamos diante desse negócio.

Ministra Eleonora Menicucci de Oliveira

— Então, eu peguei para falar no final. Primeiro eu quero agradecer todas as contribuições, é para isso que nós trouxemos aqui. Se assim não fosse, nós teríamos trazido pronto, espiralado e já impresso. Tem algumas questões que

883 estão nas ações que eu acho fundamentais. A primeira é a questão da elasticidade
884 do Estado. A elasticidade do Estado está, é um dos primeiros itens do nosso plano.
885 Entendeu? A questão da avaliação. Eu acho que a questão da avaliação posta da
886 forma em que ela foi posta, ela é absolutamente correta, porque ela não é só
887 orçamentária e isso nós sabemos. Eu iniciei uma conversa que eu preciso passar
888 para a SAIAT, com o Jorge Guimarães da CAPS, dele abrir um edital de avaliação
889 de políticas públicas, e isso é importante que seja via um órgão de fomento e não
890 via financiamento da própria SPM, porque é ambíguo isso. Se sai recurso da SPM,
891 nós não podemos, nós temos a responsabilidade governamental de ver; nós não
892 vamos falar mal de nós mesmos. No sentido bem grosso da palavra. E nenhum
893 ministério tem a autonomia, a não ser os órgãos de fomento, por exemplo, o
894 DECID não é independente. Ele só tem recurso e está ligado a CAP, CNPQ. Então,
895 os órgãos de fomento, e eu falo como pesquisadora do CNPQ. Então ao abrir esse
896 edital, ele vai priorizar, na conversa que eu tive com o Jorge Guimarães, uma
897 avaliação das políticas públicas, evidentemente que não são só as voltadas para as
898 mulheres. Terá um item, e isso é adedilhar na negociação. E eu acho que é
899 importante isso, e outras formas de recursos que possamos ter para fazer essa
900 avaliação. É difícil como diz a Mazé e Estela, fazer avaliação de impacto.
901 Mesmo porque a imensidão desse país. Se você não considera isso, você faz um
902 impacto na Região Sul, Sudeste ela é diferente seguramente de Norte, Nordeste,
903 Centro Oeste. Em fim, mas não é difícil você ter no mínimo indícios de qual impacto
904 que as políticas públicas estão causando. E evidente que é no município essa
905 relação da verticalidade com os municípios, que é onde as pessoas vivem, onde as
906 mulheres vivem, é lá que acontecem as coisas, Essa é a segunda coisa. A terceira,
907 eu conversei com a Lourdes. Antes de falar na terceira, a questão do eixo 9 Sueli, a
908 responsabilidade é da SPM e da SEPPIR, em alguns casos da SDH, mas é o
909 nosso monitoramento, e o nosso acompanhamento das diferentes políticas das
910 áreas de educação e saúde, cultura, trabalho frente aos ministérios, que vai nos
911 proporcionar indícios de como estão sendo essas políticas lá. Por exemplo, na
912 saúde, existe uma violência institucional muito grande. Não é no Ministério da
913 Saúde, é no Sistema Único de Saúde. O nível de violência institucional no
914 atendimento é enorme. Se isso não for para além da detecção, se isso não for
915 transformado, vai continuar. E se é com as mulheres, com as mulheres negras, nós
916 sabemos disso, que é mais ainda. Na educação, então, essa relação com os

917 ministérios, com as políticas desenvolvidas por outros ministérios, que os comitês
918 de gênero e o comitê de monitoramento dirigido pela SPM com a participação de
919 quase todos os ministérios, é deste conselho, vai acompanhar, não tenho a menor
920 dúvida disso. E finalmente a última questão, é uma proposta que eu faço agora e
921 discutir isso com a Lourdes aqui, é propor que para além da minha apresentação,
922 minha, porque sou a ministra, estou ministra. No PNPM, que tenha uma
923 apresentação, ou uma fala, ou um 'pós-facio', ou um prefácio do conselho. Eu acho
924 que é importantíssimo no sentido que o conselho é um órgão, é o instrumento de
925 controle social das políticas públicas voltadas para as mulheres. Então eu acho que
926 eu faço essa proposta; acho que teria que tirar amanhã ou depois uma comissão,
927 um tripartite que faça essa, eu não sei se é apresentação, eu não tenho claro ainda
928 o que seria, mas que no plano... a apresentação é minha, é um prefácio do
929 conselho, sobre a importância do plano, como monitorar, como avaliar, em fim,
930 para o conselho também ter seu papel, mostrar o seu papel de sujeito dentro do
931 plano, mas não precisa ser decidido hoje, pode ser decidido amanhã. Mas durmam
932 com isso para vocês decidirem amanhã.

933
934 **Secretária-Executiva Lourdes Bandeira:**

935 _ *Só complementar duas coisas que eu considero que são extremamente*
936 *importantes, que foram aqui colocadas, e de resto a ministra já falou; é sobre*
937 *avaliação. É claro que a gente sabe da importância dessa avaliação qualitativa, e a*
938 *importância que se crie um mecanismo nas áreas de fomento para um edital para*
939 *que se efetive essa avaliação, porque no geral, a experiência de contratar*
940 *consultoras é muito complicado, porque a consultora deve reunir várias*
941 *competências, e no geral, uma consultora não reúne várias competências, porque*
942 *tem que entender políticas públicas, tem que ter habilidade de gênero, são muitas*
943 *competências que uma pessoa deve ter, e no geral, quem tem é uma equipe. E são*
944 *equipes que muitas vezes estão ligadas áreas universitárias, em fim, a ONGS,*
945 *etc., então, diante dessa dificuldade, nós estamos com algumas perspectivas*
946 *trabalhando no observatório da igualdade. Então no observatório da igualdade que*
947 *é um lugar de produção de indicadores e que passam necessariamente pelo*
948 *conhecimento dos impactos dentro daquilo que é possível, evidentemente, a partir*
949 *também de algumas teses que já foram feitas, que podem orientar um pouquinho a*
950 *possibilidade de indicar caminhos para avaliar programas e políticas que aqui a*

951 gente está fazendo, e tem órgãos públicos, e têm universidades que estão
952 interessadas nisso, para dar um exemplo, a Fundação Getúlio Vargas de São
953 Paulo; na semana passada eu fui numa banca que ela está analisando, ela quer
954 analisar, aliás, a moça está propondo analisar as políticas públicas desenvolvidas
955 no período da SPM. Quer dizer, dentro da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.
956 Então, a gente está tentando isso. Agora, Estela, não é uma coisa fácil. Não dá
957 para ter o descuido de não ter como pressuposto certas competências que são
958 difíceis para se reúna um grupo. E a propósito, tem uma avaliação que é para a
959 secretaria, não sei em que medida ela será divulgada ou não, que foi iniciativa da
960 gestão passada sobre o segundo plano. A Tatau sabe melhor responde do que eu,
961 porque eu não estava aqui no ano passado. Não sei se isso vai ser divulgado ou
962 não, porque ainda não está pronto. A gente não tem conhecimento dos resultados,
963 mas que é feita, só para dar uma ideia, que é feito por uma instituição universitária.